

Newton Cruz e legista são ouvidos pelo procurador militar

General afirma que militares fizeram atentado e Freitas diz que bomba estava com sargento

Ascânia Seleme e Chico Otavio

Aníbal Philot/31-4-81

■ RIO e BRASÍLIA O procurador-geral da Justiça Militar, Kleber Coelho, já colheu os depoimentos do general Newton Cruz e do legista Elias Freitas nas diligências que vem fazendo para decidir se reabre ou não o caso Riocentro. Chefe da Agência Central do SNI na época da explosão da bomba, o general repetiu ao procurador o que dissera ao GLOBO há duas semanas. Segundo Newton Cruz, a bomba que matou o sargento Guilherme do Rosário, feriu o então capitão Wilson Machado e abalou o regime militar brasileiro foi obra de oficiais e praças do Exército que operavam sem o conhecimento de seus comandantes.

— Eu disse ao procurador que os autores daquela explosão agiam sem ordem de seus superiores. E que eles não queriam matar ninguém, mas apenas passar um susto. A bomba que explodiu no colo do sargento deveria ser usada num carro vazio do estacionamento. Apenas para fazer barulho. Mas a hipótese que me ocorre é que o sargento cometeu um erro na hora de armar o petardo e bum — disse Newton Cruz.

Após mais de quatro horas de depoimento, ontem, na sede do Ministério Público Militar no Rio, o legista disse que também confirmou a entrevista que dera ao GLOBO, há duas semanas, garantindo que a bomba explodiu no colo do sargento Guilherme do Rosário. O testemunho derruba a conclusão do IPM feito pelo Exército na ocasião do atentado, concluindo que a bomba havia explodido entre o banco e a porta direita do Puma em que o oficial estava e que os dois militares teriam sido vítimas de uma ação terrorista.

— Para mim, a bomba sempre esteve no colo do sargento. É a única conclusão permitida com base no laudo que assinei à época. No depoimento ao procurador, disse que a conclusão do IPM foi deles [militares] e não minha. O meu laudo não deixa dúvida — disse Elias Freitas, que hoje é diretor do Hospital da Polícia Civil.

Coelho também ouviu o coronel da reserva da PM Wolney Nascimento, que na ocasião era chefe do serviço de Informações do 18º BPM (Jacarepaguá). Foi a primeira vez que Wolney, de plantão na noite do atentado, falou sobre o episódio. Ele foi apontado pelo então comandante do 18º BPM, coronel Ile Marien Lobo (já falecido), como o oficial que teria acompanhado cinco agentes do DOI-Codi na desmontagem de duas outras bombas no pavilhão do Riocentro onde acontecia o show em homenagem ao Dia dos Trabalhadores. O depoimento está sendo mantido em sigilo.



PERITOS EXAMINAM o Puma, parcialmente destruído, na noite da explosão da bomba no Riocentro

O procurador-geral, que está no Rio desde domingo, ouvirá outras pessoas (três por dia) citadas no inquérito sobre a bomba do Riocentro até amanhã, mas os nomes não foram divulgados. Assessores do Ministério Público Militar garantem que, até o momento, ninguém se negou a colaborar com as investigações dirigidas por Coelho.

Cruz foi ouvido na quinta-feira da semana passada em sua casa, em Brasília. O general admite que o chefe imediato de Wilson Machado e Guilherme do Rosário pudesse estar a par da movimentação dos militares no Riocentro. Segundo Cruz, o coronel Léo Frederico Cinelli, chefe do DOI-Codi à época da explosão, deve ter dado a ordem para a rotina no Riocentro em busca de informações. Ele não acredita que o oficial tenha determinado as ações que acabaram ocorrendo. Duas bombas explodiram no local: uma do lado de fora da casa de força do auditório e outra no colo do sargento Rosário. Cruz diz que Cinelli deveria saber que seus homens estavam no Riocentro, mas não carregando armas no colo.

Segundo o general, é "história da carochinha" a tese de que os militares do DOI-Codi estavam no Riocentro para causar uma tragédia. O IPM, segundo Cruz disse a Coelho, errou gravemente ao afirmar que os militares foram vítimas de um atentado de esquerda. Mas isso, para o general, não constitui razão para reabrir o caso. O ex-chefe do SNI afirma que o crime está prescrito e pela lei não poderá ser reaberto. O general disse que fez a seguinte exposição ao procurador:

— Se o sargento tivesse sido assassinado,

o crime só prescreveria 20 anos após sua autoria, conforme alinhou a procuradora que pediu a reabertura do inquérito. Mas, neste caso, ele teria sido vítima de um atentado e o IPM estaria correto. Se a bomba explodiu ao ser manuseada pelo sargento operador, que a jogaria em algum lugar, então ele foi morto por um erro de operação e não foi vítima de nada a não ser de si mesmo. Neste caso, que é o que se sustenta agora, o crime prescreveu oito anos depois da explosão.

O general disse ao procurador que estava pronto a responder a tudo sobre o que fosse indagado, desde que o tema se resumisse ao caso Riocentro. O depoimento na casa do militar durou cerca de três horas e se desenvolveu num clima cordial. Ao fim do encontro, Cruz disse que a história já foi reparada. Mesmo que o caso não seja reaberto, a "culpa moral" pelo atentado já foi devidamente estabelecida.

Cruz, que ontem recebeu o convite da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara para depor na audiência pública que se pretende marcar para a próxima semana, disse que já não havia mais o que acrescentar sobre o caso. Acrescentou que tudo o que havia para dizer já havia dito a Coelho. A comissão vai insistir no depoimento do general. Ele foi convidado para falar juntamente com o legista Elias de Freitas e o general Oswaldo Gomes. Nas últimas duas semanas, os três deram declarações ao GLOBO sobre o caso que desautorizaram o IPM conduzido em 1981 pelo coronel Job de Lorena Santana e que transformou os dois militares de agentes em vítimas do atentado.